



# CLIPPING



29 e 30 de  
Janeiro  
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# 'BBB DA BANDIDAGEM' CÂMERA DERRUBA LADRÃO EM ABAETÉ



Assaltante foi localizado após a polícia ver suas imagens em ação durante um assalto, em que levou R\$ 5 mil e um celular da vítima

## FOI FILMADO

JR Avelar

**A** implantação de câmeras de segurança em residências e estabelecimentos comerciais tem ajudado as forças de segurança do Estado a colocar atrás das grades criminosos que cometem roubos, furtos, latrocínios e homicídios.

O exemplo da importância das câmeras de segurança vem do município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins. Segundo a delegada Renata Gurgel, superintendente da Polícia Civil do Baixo Tocantins,

nas primeiras horas da manhã desta sexta-feira (28) a Polícia Civil procedeu à prisão de um assaltante flagrado por câmeras de segurança praticando o crime de roubo majorado.

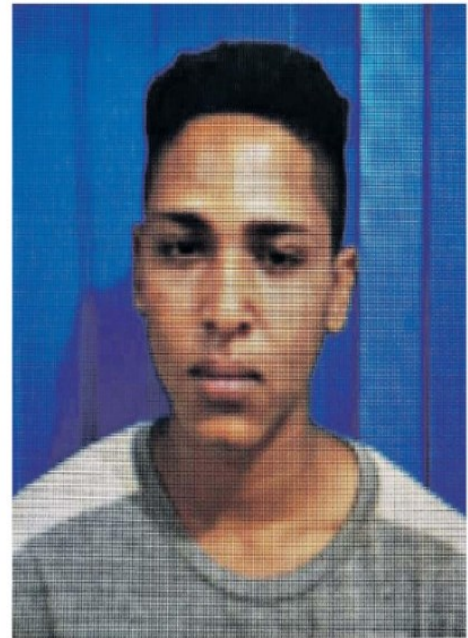
O ladrão preso foi identificado como Ronald Nunes e Nunes, de 20 anos, em razão da prática de roubo duplamente majorado na tarde de ontem na cidade de Abaetetuba. Na ocasião do crime, Ronald Nunes e seu comparsa identificado como Jhonata Mendes dos Santos subtraíram cerca de R\$ 5.000,00 e um aparelho de telefone celular, quando a vítima chegava num estabelecimento comercial da cidade.

Imediatamente após a ciência

do crime, a equipe policial passou a diligenciar, tendo identificado ambos os criminosos. Imagens de câmeras de segurança registraram o delito, sendo que Ronald Nunes conhecido como "Magrão" aparece nas imagens apontando uma arma de fogo para a vítima.

Na sequência, Jhonata Mendes dos Santos que pilotava a motocicleta, fazia a função de "pegador", subtraindo os objetos da vítima. Ronald Nunes e Nunes foi preso em uma residência do bairro Angélica local em que foram encontradas e apreendidas as roupas que usava no momento do crime.

, que já tem passagem policial, confessou a prática do crime, tendo declinado à autoridade policial que deu parte do dinheiro subtraído para sua genitora. Ele foi reconhecido pela vítima e depois de autuado pelo crime de roubo duplamente majorado já está à disposição do poder judiciário.



Assaltante cai preso após roubo em Abaetetuba e a polícia procura ainda pelo comparsa do acusado CRÉDITO FOTO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEASDATA



Raul Luiz Ferraz Filho

## Garantia de emprego pelo juiz de Direito

O tema estabilidade do empregado abrange eventos que levam o profissional a refletir e analisar cada caso, podendo ter origem em eleições para dirigente sindical, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e empregada gestante. Esses são os mais debatidos no meio forense. Ressaltamos que tais estabilidades são oriundas de atividades trabalhistas.

No transcorrer do pacto laboral, constatamos em algumas situações as hipóteses de suspensão e interrupção do contrato, mas, como identificar? Inicialmente, ambas situações sustentam algumas obrigações do pacto laboral. O ponto de convergência é a manutenção do vínculo empregatício. A suspensão fica caracterizada quando o empregado deixa de prestar serviços ao empregador de maneira temporária, em contrapartida, não há obrigação no pagamento dos salários ou outra contraprestação ao empregado. Como exemplo, citamos a suspensão disciplinar. Fica caracterizada a interrupção no momento em que o empregado deixa de prestar serviços ao empregador, mas continua a receber o salário na totalidade ou parte, como exemplo as férias e feriados.

O direito é amplo apresentando com aplicação dos

mais variados ramos do nosso ordenamento jurídico. A Lei Maria da Penha criou mecanismo para cobrir a violência doméstica e temos no inciso II, do §2º do art. 9º que o juiz de direito tem o poder em garantir manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses. Como podemos observar, não estamos diante de uma estabilidade, mas sim, de uma garantia oriunda de uma decisão judicial que não é trabalhista. É suspensão ou interrupção contratual? A Lei nº 8.213/1991 não mencionou o benefício previdenciário para situação aqui citada, entendemos que não cabe ao empregador arcar com a manutenção de pagamento de salário durante o período de afastamento, ou seja, defendemos pela interrupção do contrato de trabalho, ressaltando que os 15 primeiros dias de afastamento o pagamento é de responsabilidade do empregador.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a natureza jurídica para situações aqui apresentada é a interrupção, sendo de responsabilidade do INSS o pagamento dos salários a partir do 16º de afastamento.

**Jaciel Papaléo Paes**  
Professor e Advogado

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br





HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

## MINUTA

- A Comarca de São Francisco do Pará deu início aos trabalhos de digitalização e virtualização de seu acervo físico, por meio da assinatura de Acordo de Cooperação entre a Presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a prefeitura do município e a Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Castanhal, que abrange a Comarca de São Francisco do Pará.
- A juíza Alessandra Isadora Vieira Marques, que era titular da 2ª Vara da Família de Ananindeua, foi promovida, pelo critério de antiguidade, à 7ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital. Já o juiz Líbio Araújo Moura, que estava na titularidade da 2ª Vara Criminal de Castanhal, foi promovido pelo critério de merecimento e assumirá o cargo de juiz auxiliar da 3ª Entrância. A solenidade foi conduzida pelo vice-presidente do TJPA, desembargador Ronaldo Marques Valle.
- De 150 inscrições realizadas, 55 foram deferidas para o Curso de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo, que será realizado no período de 27 de janeiro a 21 de fevereiro. A capacitação é destinada a voluntários e voluntárias interessado(a) sem se tomarem padrinhos ou madrinhas afetivas de crianças e adolescentes acolhidos em serviços institucionais. Também podem participar do curso pessoas interessadas em participar de outro tipo de trabalho voluntário nos serviços de acolhimento.
- A publicação da Portaria nº. 136/2022, do Gabinete da Presidência, que dispõe sobre a adequação de regime de trabalho no Judiciário paraense mediante o cenário da pandemia de covid-19 e de casos de síndrome gripal, foi anunciada pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, transmitida por videoconferência. A normativa prevê também os procedimentos relativos às comunicações de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 ou síndromes gripais, além de outras providências.
- O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Ronaldo Marques Valle, representou o Poder Judiciário paraense durante a passagem de comando do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (Ciaba). O Capitão de Mar e Guerra Josué Fonseca Teixeira Junior passou o comando do Ciaba ao Capitão de Mar e Guerra João Orlando Enes Prudêncio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Agressor só é preso em 3% dos casos

Relatórios do MP-PA mostram que vítimas de violência doméstica possuem perfis parecidos, assim como os acusados. Dados mostram também que elas estão mantendo as denúncias até o fim e são mais conscientes

## REGISTROS

Carol Menezes

**D**ois relatórios de estatísticas obtidos pelo DIÁRIO junto ao Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA) referentes aos registros de violência doméstica em Belém nos anos de 2021 e 2020 mostram que somente 3% das ocorrências foram convertidas na prisão cautelar do agressor. O mesmo levantamento aponta um detalhe curioso: as medidas protetivas mais concedidas pela Justiça também são as mais negadas e nos mesmos percentuais - proibição de aproximação tanto da vítima quanto de seus familiares (9%). A maior parte dos casos que se enquadram na Lei Maria da Penha ocorrem nos bairros do Guamá (10% em 2021, 8% em 2020), Jurunas (7% e 8%) e Pedreira (7% e 8%).

Aumentou consideravelmente o quantitativo de queixas às Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam) na capital paraense, indo de 4.796 em 2020 para 6.600 no ano passado. Os dados tabulados permitem montar o perfil mais frequente do agressor, sendo majoritariamente homem (97%), ex-companheiro ou ex-cônjuge, entre 44 e 55 anos,

pardo, com Ensino Fundamental Incompleto, e com renda de um a dois salários mínimos. O fator passional e o álcool são indicados como os principais estopins do ato violento e há cerca de 40% de chance de repetição da agressão. Dificilmente eles negam a violência quando ouvidos pelas autoridades policiais, mas também é comum que quase todos sumam durante o processo, ou seja, quando a vítima leva em frente a denúncia.

Promotora integrante do Núcleo da Mulher do MP-PA, Vylly Costa Barra Sereni, explica que a própria legislação vigente e o sistema reduzem as possibilidades de prisão cautelar, visto que a prisão só é permi-

tida depois que o processo transita em julgado, ou seja, quando não há mais instâncias para tentar recorrer da decisão. "Se o réu for primário e tiver endereço fixo, muitos juízes decidem por aplicar medidas cautelares diversas da prisão, ou ainda conceder medidas protetivas de urgência em favor da vítima, previstas na Lei Maria da Penha", detalha.

"Importante destacar que, no ordenamento jurídico brasileiro, em um universo de aproximadamente mil crimes, somente 28 tipos penais exigem que o criminoso inicie o cumprimento da pena em regime fechado, quando a pena aplicada é superior a 8 anos", complementa, lembrando ainda que ou-

tros tipos penais possibilitam, por exemplo, a transação penal (tipo de acordo entre réu e promotoria), a suspensão condicional do processo, o acordo de não persecução penal e a substituição da pena. "A história de que no Brasil se prende muito e que o nosso sistema penal é excessivamente rigoroso e punitivista é uma falácia", acrescenta.

Quando o agressor some durante a tramitação do processo, a punição fica bem mais difícil, afirma a integrante do Núcleo da Mulher do MP-PA, o que muitas vezes leva à impunidade. As penas dos crimes de violência doméstica normalmente são baixas e prescrevem em poucos anos, e se o réu

some, mas posteriormente é encontrado, ainda assim pode se beneficiar com a prescrição do crime.

Quem sofre a agressão, na maioria dos casos registrados, tem um perfil bem semelhante nos quesitos idade, raça, escolaridade e estado civil. O que muda é o fato de a maioria das agredidas ter renda maior que seu agressor frequente, percentual que ficou entre 10% e 46% entre 2020 e 2021. A vítima geralmente tem pelo menos um filho com o agressor e o ataque ocorre em meio a um vínculo conjugal ou união estável/casamento. O que começa a mudar, segundo as estatísticas, é que quase 100% delas não reataram o relacionamento depois do abu-

so físico ou psicológico, e seguem em frente com o processo judicial. Ameaça é o crime mais registrado.

Vylly Sereni confirma que há uma pequena mudança no comportamento das vítimas, e algumas seguem mesmo com a acusação até o final. "Podem estar contribuindo para essa mudança as campanhas ostensivas feitas contra a violência doméstica, que acabam por encorajar a mulher a denunciar e a querer sair de um relacionamento tóxico ou abusivo que esteja vivendo, e a própria conscientização das mulheres de que hoje em dia há vários canais disponibilizados para denunciar a violência doméstica", avalia a promotora.

## REGISTROS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PERCENTUAIS DE 2020 E 2021)

### AGRESSOR MAJORITARIAMENTE HOMEM: 97%

**Idade de 40 a 55 anos** - 37% e 38%  
**Cor parda** - 67% e 73%  
**Ensino Fundamental Incompleto** - 32% e 34%  
**Solteiro** - 59% e 46%  
**Convivente com a vítima** - 25% e 30%  
**Renda de 1 a 2 salários mínimos** - 58% e 71%  
**Relação: ex-cônjuge/ex-companheiro** - 48% e 50%  
**Relação: vínculo afetivo ou conjugal** - 38% e 38%  
**Fator passional** - 30% e 45%

### Fator álcool - 29% e 24% Repetição da agressão - 46% e 37% Não foi preso - 98% e 95%

- só 4% dos casos resultaram em prisão em flagrante, e em 2020
- 56,3% das agressões resultaram em prisão cautelar, nos dois anos
- 97% e 100% dos agressores somem no processo
- 75% e 92% são denunciados à Justiça
- 19% e 6% das denúncias são arquivadas

### VÍTIMA: Idade de 40 a 55 anos - 37% e 38% Cor parda - 96% e 94%

### Ensino fundamental incompleto - 30 e 32% Solteira - 57% e 43% Convivente - 21% e 35% Sem renda - 37% e 40%

**Renda de até um salário mínimo** - 23% e 40%  
**Renda de um a dois salários mínimos** - 46% e 10%  
**Vínculo afetivo ou conjugal com o agressor** - 85% e 88%  
**Cônjuge** - 100% e 43%  
**Agressão frequente no relacionamento atual** - 27% e 51%  
**Um filho com o agressor** - 55% e 52%  
**De 99% a 100%** não voltam como agressor

### Quando volta 62% 30% afirmam voltar por amor Ameaça é o crime mais registrado: 54% e 44%

**Medidas protetivas mais concedidas e mais negadas em 2021:** proibição de aproximação da vítima e familiares 9%, de qualquer tipo de contato 9% e ir a determinados lugares 9%  
**Medidas protetivas mais concedidas e mais negadas em 2020:** proibição de aproximação da vítima e familiares 13%, de qualquer tipo de contato 12% e ir a determinados lugares 11%

Fonte: Procuradoria Geral de Justiça - MP-PA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**MILTON NOBRE - JURISTA**

Milton Nobre exerceu a advocacia e a magistratura com dedicação

FOTO: DIVULGAÇÃO

# “A Justiça no Brasil está julgando cada vez mais rápido”

O desembargador aposentado e ex-presidente do TJPA avalia as mudanças que a justiça tem passado nos últimos anos, nas quais teve importante contribuição

**DIREITO****Luiz Flávio**

**S**ão 75 anos de vida, sendo 52 anos de carreira jurídica, dedicados 30 anos para a advocacia e 22 anos para o desembargado na Justiça Estadual. No dia 27/10/2021, o desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, até então decano do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), participou de sua última reunião do Pleno antes de se aposentar após mais de duas décadas na magistratura.

Milton Nobre foi nomeado desembargador pelo ex-governador Almir Gabriel, em 22 de dezembro de 1999, dentro de uma lista tripla para preencher a vaga pelo Quinto Constitucional indicada ao chefe do Executivo pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA), em substituição ao desembargador Ricardo Borges Filho.

Foi decano do TJPA por 10 anos, e com sua aposentadoria, deu lugar ao desembargador Rômulo Ferreira Nunes, que passa a ser o decano da Corte de Justiça Paraense por ser o magistrado de 2º grau mais antigo.

Nobre esteve à frente de inúmeros projetos e processos no judiciário, merecendo destaque a transferência da sede do poder judiciário estadual da Cidade Velha para o atual complexo arquitetônico na avenida Almirante Barroso, ocorrida em dezembro de 2006, época em que o desembargador ocu-

o o senhor exerceu o desembargado estadual por mais de duas décadas. De lá para cá muitas mudanças ocorreram na justiça brasileira: processo judicial eletrônico; sessões virtuais de julgamento; atendimento virtual de advogados, dentre outras. Como o senhor avalia todas estas mudanças? O poder judiciário evoluiu como esperado neste período?

☑ Sem dúvida que evoluiu bastante. Na minha gestão criamos a Secretaria de Informática no Tribunal, em 2005. Naquela altura tínhamos apenas 6 comarcas no Estado linkadas na internet e na minha gestão interliguei todas as demais 108 entre os anos de 2005 e 2006. Isso dá uma ideia da evolução, que foi continuada pelos magistrados que me sucederam na presidência. Em seguida foi criado o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que implementou o Processo Judicial Eletrônico em todo o Brasil. Sem essa evolução e aparelhamento não seria possível instrumentalizar todos esses avanços que você citou na sua pergunta. Em 2005 tínhamos cerca de 1,7 mil servidores no judiciário estadual. Hoje esse número chega a quase 6 mil. Quando eu era presidente eram 27 desembargadores. Hoje são 30, um crescimento de mais de 10%. Os juízes não chegavam a 160 naquela época e hoje são cerca de 350 no Pará. Mais que dobramos

☑ Sim. Cumpra o conteúdo e posso lhe afirmar isso com toda certeza por integrar o conselho, que contribuiu sobremaneira para a evolução do judiciário brasileiro, nas apenas no aspecto disciplinar e correcional, mas também no planejamento da atividade judiciária como um todo. No Brasil a judicialização ainda é muito grande... Quando dizemos que o judiciário brasileiro julgou 20 milhões de ações num ano ninguém acredita, já que a judicialização em outros países é muito pequena. E precisamos dar uma resposta a contento para essas demandas como determina a Constituição e, felizmente, a Justiça no Brasil está julgando cada vez mais rápido. Hoje utilizamos a inteligência artificial para cálculos de prazo, prescrição e julgamentos repetitivos, apesar do uso ainda estar limitado. Podemos afirmar que a Justiça brasileira era uma antes do CNJ e outra completamente diferente depois do surgimento do conselho.

☑ O senhor entrou para o desembargado através do Quinto Constitucional destinado para a advocacia. Quais características o advogado que deve ser escolhido pela OAB deve ter para alçar a vaga que o senhor deixou? O senhor acha que deveriam ser destinadas mais vagas para advogados?

☑ Pode ser até contraditório

☑ Qual sua avaliação sobre o mercado da advocacia que o senhor deixou há 22 anos e o mercado da advocacia que o receberá esse ano? Quais as principais diferenças?

☑ Sou da turma de Direito de 1970 e exerci a advocacia por 3 décadas. Hoje o mercado da advocacia é mais exigente, no sentido de ser mais rápido e competitivo. Sou professor aposentado da Universidade Federal do Pará da área de Direito Empresarial. Hoje o empresário não quer judicializar suas questões, mas tratar do seu negócio, evitando o litígio ao máximo, priorizando o acordo para evitar a demanda judicial. A advocacia caminha hoje, a exemplo de outros países, sobretudo a americana, para a advocacia consensual, evitando as ações judiciais. A advocacia extrajudicial é o caminho a meu ver, mas isso existe muita experiência, competência e prática.

☑ Estamos passando nos últimos 2 anos por uma pandemia de Covid-19 no mundo com um acalorado debate jurídico, científico e ideológico. O senhor é a favor que as determinações do poder público sejam cumpridas integralmente ou o magistrado deve ser livre para dar suas decisões como, por exemplo, no caso da vacinação das crianças e restrição das atividades econômicas?

☑ O magistrado não é uma pessoa que vive à parte do mundo. É um profissional que possui suas crenças, idiossincrasias

de todos e não apenas do Estado, mas nem todos entendem isso... Acredito que a Justiça está indo numa única direção na questão da pandemia, salvo uma ou outra decisão de um magistrado em razão e alguma crença. Mas se a decisão não for reformada aqui, certamente o será em Brasília.

☑ O senhor teve uma carreira completa na área jurídica: foi advogado, professor, presidente da OAB e do CNJ e escolhido para o desembargado através do Quinto Constitucional. Qual o grande legado que o senhor e a sua carreira jurídica deixam para o judiciário paraense?

☑ Muitos pensam que meu legado foi ter construído a sede definitiva do Tribunal de Justiça do Estado durante a minha gestão na Almirante Barroso. O fato que esse projeto foi feito a várias mãos, envolvendo muitos técnicos, profissionais e colegas desembargadores. Considero como feitos importantes da minha lavra ter ampliado a Escola da Magistratura e adquirido a área localizada na Augusto Montenegro onde foram instalados o datacenter e o almoxarifado, além de ter instituído o Plano de Cargos e Salários do Tribunal que não existia e ainda o Plano de Saúde. Mas o grande legado que deixo mesmo foi a criação da Secretaria de Informática do Tribunal e ter interligado todas as comarcas do Estado, que deu um salto de qualidade na prestação de serviços ao jurisdicido-

**CLIPPING DE NOTÍCIAS****Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



pava a presidência do poder (biênio 2005-2007).

O desembargador aposentado foi estadista em várias áreas das Ciências Jurídicas, estando sempre na vanguarda da doutrina e das jurisprudências no País. Na sua gestão, o TJ experimentou avanços nas áreas da Tecnologia da Informação e na Comunicação, com ampliação do uso da internet e dinamização do sistema Push no âmbito do judiciário.

Em entrevista ao DIÁRIO, Nobre faz um balanço de sua carreira na advocacia e no TJPA e lembra as conquistas pelas quais o judiciário paraense passou nos últimos 20 anos, como o aumento de 3 vezes no número de servidores e o incremento de 50% no número de juizes.

o número de magistrados. A justiça brasileira evoluiu muito nos últimos anos e o Pará acompanhou esse processo e essa performance é inclusive reconhecida em relatório do Banco Mundial.

❶ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado no ano de 2005 para funcionar como um órgão de controle externo do judiciário para coordenar o planejamento, gestão, fazer o controle disciplinar e correccional das atividades dos magistrados. Na sua avaliação o conselho mudou a cara da Justiça brasileira e efetivamente vem cumprindo o seu papel nesses últimos 17 anos?

rio, mas sou contra o Quinto E a favor do Terço, que só existe no país no Superior Tribunal de Justiça (STJ), composto de 1 terço de ministros oriundos da Justiça Federal, outro terço de desembargadores da Justiça estadual e outro terço composto por advogados e integrantes do Ministério Público, dando exemplos de gestão e bom funcionamento. Os advogados e membros do MP têm compromisso com a Justiça final do processo e acho que a participação dos operadores do Direito é válida. Fui advogado por 30 anos e devo tudo o que consegui à OAB, da qual inclusive fui presidente.

crasias e preferências pessoais, mas tem que se despir de todo esse arcabouço para poder decidir as questões que lhe são postas. No caso da pandemia, ser contra a vacina é ser contra a ciência, que não é perfeita, mas que é a nossa melhor referência hoje na área da saúde. Toda a população mundial está vacinando... Como um juiz ser contra a vacinação de uma criança? Todo remédio tem efeitos colaterais, mas a ciência deve sempre ser a nossa maior referência. Devemos ouvir atentamente nossos pesquisadores. Devemos respeitar a discórdância dos demais, mas sempre ter uma visão do todo, do que é o mais acertado e correto. A saúde é uma responsabi-

onado e aos servidores. Profissionalmente, a mensagem que deixo que acreditando na advocacia, advogando com seriedade perante seu cliente, conseguimos ter o reconhecimento do seu trabalho perante a sociedade. Sem ser filho de advogados, sem ter pai dono de banca, construí uma banca sozinho junto com um amigo e que hoje chega a 50 anos de atuação, de onde sai quando fui para o desembargo e para a qual retorno hoje depois de 22 anos. Esse esforço pessoal é o exemplo que posso deixar. Tenho 75 anos e ainda estudo uma hora por dia todos os dias, inclusive final de semana. Não há como ser um bom advogado sem estudar.

#### PARA ENTENDER

- Milton Nobre ingressou na Faculdade de Direito da UFPA em 1966, e trabalhou na advocacia, no magistério e no serviço público. Por mais de 30 anos foi professor de Direito Comercial da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual começou a lecionar em 1972 como auxiliar de ensino. Posteriormente, ingressou no magistério superior e, desde 1976, exerceu os cargos de procurador e consultor-geral do município de Belém.
- Ainda no magistério, foi Professor Titular de Direito Comercial do antigo CESEP, atual

Universidade da Amazônia, da qual recebeu, em 2006, o título de Professor Emérito e, em 2017, o de Doutor Honoris Causa. Essa mesma titulação lhe foi conferida, em 2011, pelo Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA).

- Exercendo a advocacia, foi um dos fundadores do Escritório Nobre & Silva e presidiu a OAB-PA, tendo sido Conselheiro Federal da OAB de 1987 a 1991 e de 1996 a 1998. Também presidiu o Instituto dos Advogados do Pará e a Academia Paraense de Letras Jurídicas.

- Em 1999, foi nomeado desembargador do TJPA. Entre 2005 e 2007, foi presidente do TJPA. Em sua gestão foi criado o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, considerado um marco no Judiciário brasileiro.

- No âmbito administrativo, Milton Nobre tornou concreto projeto da nova sede do Tribunal, que acabou ficando no prédio onde funcionava o Instituto Lauro Sodré. Além disso, sob sua gestão foi promovida a modernização do sistema de informática

do TJPA, colocando todas as então 108 Comarcas Interligadas por um sistema moderno e ágil. O Poder Judiciário do Pará torna-se pioneiro no Brasil na transmissão ao vivo das sessões do Tribunal Pleno, das Câmaras Isoladas e Reunidas e do Tribunal do Juri.

- Durante sua carreira, Milton Nobre também foi membro do Conselho Nacional de Justiça (2009/2011) e presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (2013/2015).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com



### Comissão de Estratégia e Liderança em Escritórios de Advocacia tem nova presidente

Na última quinta-feira a advogada e sócia do escritório Coelho de Souza, Cecilia Guenara, foi empossada como nova presidente da Comissão de Estratégia e Liderança em Escritórios de Advocacia pela OAB/PA pelo próximo triênio 22/24, com objetivo de fomentar debates qualificados e auxiliar em ações orientadas à Gestão Jurídica com foco em estratégia e liderança em favor da advocacia. Cecilia é pós-graduada em Processo Civil com atuação em Gestão Jurídica; pós-graduada em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral e possui certificação no Programa de Desenvolvimento de Dirigentes pela mesma instituição. No próximo dia 10/02 também toma posse no Conselho Seccional da Ordem.

### NOTA TÉCNICA: CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES APOIA VACINAÇÃO

A primeira reunião ordinária de 2022, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPNG) realizada na última quarta-feira no Ministério Público de São Paulo debateu a atuação do MP diante do novo quadro da pandemia. O colegiado aprovou Nota Técnica Conjunta a favor das vacinas e da vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19. O Procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr., representou o MPPA no



encontro, que também passa a integrar uma comissão nacional que tratará junto à PGR e ao STF sobre a recomposição salarial dos membros do MP.

### VERBIS

**A procura** por título de Doutor aumentou nos últimos anos. Com a restrição de vagas no Brasil, muitos brasileiros têm buscado a Argentina para cursar doutorado, país que possui uma das melhores universidades do mundo, incluído Prêmio Nobel: a Universidade Del Museo Social Argentino (UMSA) uma das mais procuradas por ter uma ótima reputação no país e na América do Sul. Um dos doutorados mais procurados é o de Direito Público em Ciências Jurídicas e Sociais.

**O Escritório** das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil (UNODC), está promovendo um curso on-line sobre as Regras de Nelson Mandela para Tratamento de Pessoas Presas, publicadas em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). As inscrições já estão abertas.

**Curso** está disponível em seis idiomas, contendo 200 minutos de carga horária, divididos em 7 módulos. O público-alvo são agentes penitenciários, fiscais de unidades prisionais e demais interessados no tema. Mais informações no <https://www.cnj.jus.br/curso-on-line-sobre-regras-de-mandela-esta-com-inscricoes-abertas/>

**O presidente** da OAB-PA, Eduardo Imbiriba, entregou essa semana equipamentos aos presidentes das subseções de Ananindeua e Castanhal para facilitar a participação em audiências virtuais. Os computadores foram doados pelo Conselho Federal da OAB, enquanto que os demais equipamentos (web câmeras e caixas de som) foram adquiridos pela seccional paraense.

**Dois varas** do trabalho suspenderam o atendimento presencial em função do aumento contaminação pela Covid-19 entre os servidores: 1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba (até 04/02) e a Vara de Óbidos (até 01/02). As audiências marcadas nesses períodos serão remarçadas ou realizadas na modalidade telepresencial ou por videoconferência.

### Ananindeua ganhará Fórum Eleitoral e Central de Atendimento

A presidente do TRE do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, foi recebida na última terça-feira na prefeitura de Ananindeua pelo prefeito Dr. Daniel para apresentar o projeto do Fórum Eleitoral e uma Central de Atendimento Única que serão instalados onde atualmente funciona o depósito de materiais.



A iniciativa trará benefícios ao trabalho, ao juntar em um mesmo espaço as duas zonas eleitorais do município (43ª e 72ª), com melhoria da qualidade

dos serviços eleitorais. O projeto foi apresentado ao prefeito, que estava ao lado do consultor geral da prefeitura, João Brasil, em um vídeo institucional.

### OAB-PA recebe 2ª Edição do Livro "Estudos de Direito do Consumidor"

O presidente da Ordem no Pará, Eduardo Imbiriba, e a vice-presidente, Luciana Gluck Paul, receberam a publicação (produzida durante o triênio 2019-2021) em parceria com a Escola Superior de Advocacia) das mãos do presidente da Comissão de Defesa do Direito do Consumidor, Bernardo Mendes. Fabrizio Bordallo e Patrícia Dantas, recém-empossados vice-



presidente e 1ª secretária da referida comissão temática, respectivamente, participaram da entrega.

### TRE do Pará: pleno aprova projetos importantes na primeira sessão do ano

A presidente do TRE do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, apresentou para a apreciação durante a primeira sessão plenária de 2022 dois importantes projetos da Justiça Eleitoral: a construção do Fórum Eleitoral e Central de Atendimento Única no município de Ananindeua e da Usina Solar de Santarém. Os dois projetos foram aprovados por unanimidade pela Corte. A Usina Solar de Santarém produzirá energia limpa para a sede do Tribunal



e para a quase totalidade das zonas eleitorais do estado. O primeiro passo para o início da obra foi a assinatura do Termo de Cooperação Mútua entre a presidente e o prefeito de Santarém, Nélio Aguiar, na sede do TRE.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



OPERAÇÃO TARGET

## PC prende homem por estuprar duas crianças no sudeste do Pará

30 JAN 2022 - 12:15 | ATUALIZADO 30 JAN 2022 - 12:15 | Compartilhar 6



Jocenildo de Almeida Coelho foi preso pela Polícia nesta sexta-feira, 28, acusado de estuprar duas crianças, sendo uma de quatro e outra de oito anos, na cidade de Tucuruí, região sudeste do Pará. A ação foi realizada por meio da “Operação Target”.

A Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e Adolescente (Deaca) cumpriu o mandado de prisão preventiva, expedido pela Comarca de Tucuruí. Segundo informações do Debate Carajás, o acusado é parente das vítimas.

Jocenildo foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil e depois transferido para o sistema prisional do Pará.

*Com informações do Debate Carajás.*

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Liminar do MPPA obriga que o HRBA dê, no prazo de 30 dias, publicidade de contrato de gestão

Informações relacionadas ao Contrato 023/2014/Sespa e aditivos devem constar em sítio eletrônico, em tempo real, a modalidade “transparência ativa”.

Por g1 Santarém e região — PA

28/01/2022 18h43 · Atualizado há 2 dias



Hospital Regional do Baixo Amazonas em Santarém, no Pará — Foto: Arquivo g1

O Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA) Dr. Waldemar Pena localizado em Santarém, no oeste do Pará, tem o prazo de 30 dias para incluir as informações em sítio eletrônico, em tempo real, e viabilizar aos cidadãos e aos órgãos de controle social a fiscalização de todos os atos relacionados ao contrato de pessoal da unidade hospitalar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A liminar que obriga a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Pró-Saúde a dar publicidade e transparência ao contrato de gestão foi obtido na segunda-feira (24) pela 8ª e 9ª Promotorias de Justiça de Santarém. O documento é referente a Ação Civil Pública ajuizada em dezembro de 2021 que trata sobre a obrigatoriedade de transparência do Contrato 023/2014/Sespa e aditivos.

De acordo com a decisão do Juízo da 6ª Vara Cível, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, e cria mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento dos dados dos órgãos e entidades, aumentando a eficiência do poder público e elevando a participação social.

“É obrigação dos órgãos públicos se comunicarem de forma transparente com os cidadãos, publicando o máximo de informações sobre suas receitas e despesas, dentre outros dados”, ressalta a decisão.

Foi determinado que em 30 dias a Pró-Saúde disponibilize sítio eletrônico na modalidade “transparência ativa”, com inclusão do conteúdo detalhado na decisão, que registra 36 itens, e proceda em tempo real as atualizações sucessivas, sob pena de responsabilização.

### **Disponibilização de informações**

Devem ficar à disposição e atualizadas as informações de registro de estrutura organizacional, com endereço, telefones e horários de atendimento ao público, dados sobre o atendimento prestado, quantitativo de equipes de plantão e atividades diárias, inclusive pessoal terceirizado e administrativo, com informações sobre as especialidades e ações, com os dias da semana e horários de atendimento; registro mensal dos recursos públicos recebidos e despesas executadas; regulamento de obras, serviços e compras, assim como editais para a seleção de fornecedores e prestadores de serviço e de processos seletivos para contratação de pessoal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Canais de comunicação como ouvidoria devem estar disponíveis, com protocolo, para efeito de sugestão, reclamação, além de ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, e em linguagem de fácil compreensão; indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, via eletrônica ou telefônica com o órgão ou entidade e adotar medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

E ainda proceder a publicações de todas as notas fiscais decorrentes do Contrato de Gestão; criar abas próprias do controle e estoque de medicamentos e insumos, contendo, no mínimo, nome do produto, lote, validade, quantidade, processo de contratação; fluxo de atendimento por setores; escalas das equipes médicas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais colaboradores, por setor/horário, e mapa de leitos, inclusive com taxa de ocupação.

## **ACP**

A Ação decorreu de procedimentos instaurados pelo MPPA. Na 9ª Promotoria de Justiça, o procedimento teve objetivo de acompanhar e fiscalizar o cumprimento da transparência do emprego dos recursos públicos aplicados no contrato.

Já na 8ª Promotoria de Justiça, outro procedimento acompanha e fiscaliza o controle e transparência do estoque de medicamentos e insumos no âmbito do 9º Centro Regional de Saúde da Sespa e das secretarias de Saúde de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

A Ação destaca o relatório técnico do Eixo Contabilidade do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do MPPA, que concluiu pela necessidade de adequação do portal da Transparência da Pró-Saúde, e que as informações especificadas do HRBA sejam disponibilizados de forma objetiva, clara e transparente, facilitando o acesso do usuário.

## **Posicionamento do Hospital Regional**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Em nota, a Pró-Saúde informou que realiza rigorosa prestação de contas no âmbito do contrato de gestão do Hospital Regional do Baixo Amazonas, cumprindo as diretrizes vigentes - incluindo a disponibilização de todos os dados em seu portal da transparência -, e que sempre manteve diálogo aberto com todos os órgãos de fiscalização.

Ressalta que os prazos de prestação de contas estão alinhados ao fechamento contábil e às determinações do seu contratante. E tão logo tenha acesso à ação do MPPA, tomará as medidas necessárias para o atendimento das solicitações.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)